

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A VISÃO DE PROFESSORAS E CUIDADORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Catharine Leite Menezes
Universidade Estadual Vale de Acaraú (UVA)
medvet.leite@gmail.com

Francisca de Sousa Moura Filha
Universidade Estadual Vale de Acaraú (UVA)
fransousa26@yahoo.com.br

Maria Eliane Gomes Morais
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
lia_morais.jta@hotmail.com

Resumo: Nos últimos anos, muitas têm sido as discussões sobre educação inclusiva e a necessidade de se efetivar no ensino brasileiro essa inclusão. Apesar disso, e das políticas públicas criadas para garantir a inserção e permanência dos sujeitos com necessidades especiais na sala de aula, sabemos que muito ainda precisa ser feito no âmbito educacional, para que a inclusão aconteça de maneira integral. Partindo dessas considerações, o estudo investigou professoras e cuidadoras que atuam em uma escola pública de Ensino Fundamental I, no Município de Campina Grande, Paraíba, a fim de analisar a formação dessas profissionais, no que diz respeito à educação inclusiva; identificar quais são as concepções desses sujeitos sobre inclusão escolar; como também quais as maiores dificuldades e possíveis soluções encontradas por eles para efetivação da prática inclusiva. Para isso, elaboramos e aplicamos um questionário com cuidadoras e professoras; submetemos os dados obtidos à análise; por fim, evidenciamos os resultados. Como aporte teórico, recorremos às contribuições de Azanha (2006); EPD (2015); Freitas (2007); Gotti (1998); LDB (1996); Medrado (2016); Medrado e Celani (2017); entre outros. A pesquisa revelou que é necessário um maior investimento em formação continuada para educação inclusiva, revelou também que professoras e cuidadoras concebem a inclusão escolar sob diferentes aspectos e apresentam dificuldades parecidas para efetivar a prática da inclusão de maneira eficaz. Como sugestões de alternativas, uma das mais citadas pelos sujeitos da pesquisa foi a necessidade de formação continuada, infraestrutura e recursos pedagógicos adequados.

Palavras-chave: Educação inclusiva, formação de professor, ensino fundamental I.

Introdução

Para entender a educação inclusiva no Brasil é necessário ter, no mínimo, uma noção acerca do percurso histórico e normativo do processo de consolidação da inclusão no país. Assim, é importante destacar que esse processo não é recente e se iniciou legalmente no âmbito educacional, a partir da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1961, quando esta garante o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Outro relevante momento neste percurso, diz respeito à promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 208 garante como dever do Estado, a oferta do

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

atendimento educacional especializado. Já em 1994, tivemos outro avanço com a Declaração de Salamanca, que trata dos princípios, política e prática em educação especial. Em 1996, tivemos a atualização da LDB que buscou assegurar aos estudantes meios para atender às necessidades específicas. Em 1999, o Decreto nº 3.298 dispôs sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e definiu a educação especial como uma modalidade transversal e ainda em 2015 foi instituída a lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Este percurso histórico nos faz refletir sobre a seguinte questão: por que, apesar de tantas leis criadas, as pessoas com deficiência ainda têm dificuldades ao acesso e permanência nos sistemas educacionais? Pensando neste questionamento é que empreendemos a presente pesquisa, buscando conhecer uma realidade específica, a partir das respostas de professoras e cuidadoras que trabalham com alunos com deficiência, no Ensino Fundamental I. Entendemos a relevância de evidenciar, por meio deste estudo, a ótica dessas profissionais sobre a inclusão escolar, bem como a prática inclusiva na sala de aula, uma vez que isso nos possibilitará um maior reconhecimento sobre como a inclusão tem se efetivado nesta realidade e quais os problemas que impedem essa efetivação.

Para tanto, como objetivo principal, buscamos investigar, a partir de aplicação de questionário, professoras e cuidadoras que atuam em uma escola pública de Ensino Fundamental I, no Município de Campina Grande, Paraíba, a fim de analisar a formação dessas profissionais, no que diz respeito à educação inclusiva; como objetivos específicos, buscamos identificar as concepções das professoras e cuidadoras sobre inclusão escolar; como também quais as maiores dificuldades e possíveis soluções encontradas por elas para efetivação da prática inclusiva.

Metodologia

O presente estudo configura-se como pesquisa participante em que, segundo Severino (2007, p.120), para realizar a observação dos fenômenos, o pesquisador compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando das suas atividades. Quanto à forma de abordagem, o estudo se define como sendo uma pesquisa qualitativa, em que evidenciamos percepções e entendimentos sobre o problema a partir da interpretação dos fenômenos pesquisados. Quanto aos objetivos, a pesquisa se configura exploratória, pois buscamos o levantamento de informações, a partir de questionário semiestruturado.

Participaram dessa pesquisa três professoras e duas cuidadoras cujas identidades foram preservadas, utilizamos apenas a letra inicial do primeiro nome, para organizar as respostas e a análise dos dados. Essas profissionais atuam em uma escola de Ensino Fundamental I, de Campina Grande, Paraíba. Todas do sexo feminino, com 9 a 20 anos de experiência profissional.

Foi utilizado um questionário de identificação para professoras e cuidadoras (contendo informações sobre formação acadêmica, tempo de atuação profissional e participação em eventos) e sobre a inclusão escolar, focalizando as concepções sobre a Educação Inclusiva (conceitos e opiniões que os profissionais têm acerca da Educação Inclusiva), desenvolvimento do processo de inclusão (dificuldades encontradas pelos participantes na realização do processo) e condições necessárias à efetivação da Educação Inclusiva (sugestões das professoras e cuidadoras quanto aos aspectos necessários para a viabilização da inclusão escolar). Após a obtenção e organização dos dados, partimos para análise e a discussão dos resultados.

Resultados e Discussão

Ao analisar os dados obtidos no que diz respeito à formação acadêmica dos sujeitos participantes, foi possível constatar que todas as professoras e cuidadoras possuem graduação, a maioria em pedagogia, e apenas uma não possui pós-graduação. No que se refere ao tempo de atuação na área, todas as profissionais apresentaram um período de experiência significativo, com no mínimo nove anos, o que nos permite reconhecer a capacidade dessas profissionais em lidar com o contexto sala de aula. Esses dados podem ser verificados na tabela a seguir:

Tabela 1. Formação inicial e continuada, experiência profissional dos sujeitos participantes da pesquisa

Graduação:	
Pedagogia	4
Magistério	1
História	1
Pós-graduação:	
Psicopedagogia	3
Educação Prática	1
Experiência profissional:	
Entre 9 a 20 anos	5
Participação em cursos e/ou eventos sobre inclusão:	
SIM	2
NÃO	3



Pode-se verificar que todas as participantes possuem formação para atuar no Ensino Fundamental I, a que apresenta graduação em história, cursa também pedagogia. Quanto à formação em pós-graduação, é possível constatar que embora a maioria das profissionais tenha a pós em psicopedagogia, nenhuma apresenta formação específica para trabalhar com alunos com necessidades especiais, a exemplo do surdo, autista, deficiente visual, apesar dos anos de experiência profissional evidenciados na tabela.

Além disso, constata-se que apenas duas dos sujeitos pesquisados buscou participar de cursos e eventos sobre inclusão. Essa ausência de formação específica e o pouco interesse do professor investir em formação continuada podem ser um dos fatores que explique as dificuldades de permanência das crianças com deficiência, na escola.

Assim, é preciso entender que a formação do professor é elemento determinante para que a prática inclusiva aconteça de fato. Como sugere Freitas (2007, p.14):

A formação dos professores não pode estar desarticulada de uma política de melhoria da qualidade do ensino. A meta de que os alunos possam ser sujeitos da sua própria formação implica construir um objetivo idêntico para o processo de formação dos professores, uma vez que o educador só pode dar sua tarefa por realizada quando ele coloca seu trabalho a serviço da aprendizagem de todos os alunos. Desse modo, o alvo da formação precisa ser o de construir e consolidar caminhos que permitam a conquista, pelo professor, de autonomia nas dimensões social e pedagógica.

Neste sentido é preciso também conceber a educação inclusiva, pois é impossível pensar a inclusão escolar, sem que haja investimento, melhoria na formação do professor. Com isso, as políticas públicas destinadas à formação e inclusão também precisam ser efetivadas, do contrário o professor continuará educando, sem formação alguma, alunos com necessidades especiais. Partindo dessas considerações, evidenciaremos as concepções apresentadas pelas professoras e cuidadoras sobre inclusão escolar, conforme tabela:

Tabela 2. Concepções das professoras e cuidadoras sobre inclusão escolar

G: “A inclusão é primeira à aceitação daquele aluno que porta qualquer necessidade que requer uma atenção”.

I: “Integrar alunos com um problema de saúde que limita suas atividades aos demais”.

V: “É colocar sua prática de ensino e aprendizagem adequando na realidade de seus alunos e inserindo com o todo alunado conforme suas especificidades”.



E: “Seremos iguais, incluir o aluno na sociedade, no meio escolar ser uma criança normal e capaz de aprender junto com seus colegas”.

R: “É permitir o acesso e ingresso de crianças com necessidades especiais na escola de forma a desenvolver o seu cognitivo, fazendo com que ele aprenda e não apenas ser incluído na sala e não participar da rotina”.

A partir das concepções apresentadas pelas professoras e cuidadoras sobre inclusão escolar é possível destacar que “G” entende inclusão como um ato de aceitação por parte da escola; “I” concebe inclusão como integração; “V” já vê a inclusão como algo que depende da prática do professor, se colocando como sujeito responsável pela efetivação dessa inclusão; “E” entende que inclusão é ser igual, incluindo o aluno na sociedade e na escola para aprender com os outros; e “R” considera que além de inclusão está relacionada ao acesso de crianças com necessidades especiais à escola, é garantir também a aprendizagem.

Diante disso, é possível afirmar que cada profissional pesquisada concebe inclusão a partir de sua ótica, ora aproximando conceitos, ora indo além. Esses conceitos nortearão a prática pedagógica dessas profissionais e determinarão o sucesso, ou não, do trabalho docente. Sendo assim, é urgente que se invista em formação de professor, em uma perspectiva inclusiva, uma vez que como propõe Azanha (2006, p.64):

Novas propostas de formação docente devem partir do próprio conceito de escola, não apenas como é formulado pela eventual contribuição de teorias [...], mas também pelo desenvolvimento de um ponto de vista pedagógico que leve em conta esses fatos na ordenação desejável das atividades escolares.

Para Medrado e Celani (2017, p. 35), “a inclusão implica a reestruturação, a recriação, a reorganização e a transformação de espaços e pessoas. Então, pensar em acessibilidade pedagógica significa pensar em um professor que se prepara para enfrentar mudanças e compreender a diversidade”.

Como sabemos, o conceito de escola já mudou há tempos e com isso é preciso também mudar as concepções de ensino, agregando novas modalidades que surgem, à medida que também um novo público chega à escola, garantindo de fato o direito ao acesso e permanência desse público nos espaços escolares.

Para garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais na escola, muitos aspectos devem ser considerados. Pensando em alguns desses aspectos, iremos expor a

seguir as principais dificuldades apontadas pelas professoras e cuidadoras para se efetivar uma prática inclusiva:

Tabela 3. Respostas das professoras e cuidadoras sobre as dificuldades encontradas na prática inclusiva

G: “O não saber lidar com a teoria e a prática na inclusão”.

I: “Formação específica”.

V: “Primeiramente recursos, a participação e a compreensão da família”.

E: “ Formação e apoio pedagógico ”.

R: “A falta de uma formação que mostre como lidar com essa diversidade e suas especificidades ”.

Com base nas respostas dadas pelas professoras e cuidadoras, fica evidente que uma das maiores dificuldades encontradas por essas profissionais para efetivar uma prática inclusiva está relacionada à falta de formação específica. Entre as cinco respostas, quatro apontam para a necessidade de uma formação para inclusão. Fato que nos faz refletir sobre o que afirma Medrado (2016), quando afirma que uma formação à luz de uma perspectiva inclusiva deve pensar, não apenas nos conteúdos, mas em um currículo mais amplo, que permita ao professor enxergar para além da sala de aula.

Por fim, trazemos as sugestões apontadas pelas participantes da pesquisa para viabilizar a inclusão escolar na tabela abaixo:

Tabela 4. Sugestões das professoras e cuidadoras para efetivação da prática inclusiva

G: “ Melhor qualificação na formação profissional”.

I: “ Melhorando os espaços das escolas que necessitam de adaptações necessárias ”.

V: “ O professor precisa de recursos concretos ”.

E: “ Mostrando, conversando sobre a igualdade ”.

R: “ Com treinamentos não apenas para os cuidadores. Mas para os professores ”.

A partir das sugestões apontadas pelas professoras e cuidadoras, mais uma vez fica evidente a necessidade da formação específica, mas também de um maior investimento nas estruturas dos espaços escolares e na oferta de recursos diversos, para atender as peculiaridades de cada aluno. Para isso, é preciso fazer se cumprir o que garante o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) em seu artigo 9º, quando assegura que a pessoa com deficiência terá “disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Importa destacar que só com o cumprimento dessas leis é que poderemos vivenciar uma realidade inclusiva nos espaços escolares, neste país. Além disso, deve-se implantar um programa de formação para profissionais que atuam com alunos com deficiência, não apenas com orientações teóricas, mas prática. Com isso, o professor poderá se apropriar desses conhecimentos para que assim efetive uma prática inclusiva significativa, como aponta Gotti (1988), a universidade deve envolver-se também em pesquisas sobre o ensino aos portadores de necessidades especiais, desenvolvendo instrumentos e recursos que facilitem a vida dessas pessoas.

Conclusões

A partir das análises empreendidas neste estudo, foi possível refletir sobre os avanços e entraves da educação inclusiva no sistema regular de ensino. Os resultados evidenciaram a necessidade de se investir em formação específica para professores e cuidadores que trabalham com alunos com necessidades especiais. Evidenciaram também, que é preciso o cumprimento das leis que garantem as condições necessárias para o acesso e permanência desses alunos no sistema educacional.

Embora as participantes demonstrem, a partir de seus discursos, a importância de se ter uma formação específica para inclusão, a pesquisa mostrou que poucas frequentam cursos de formação ou eventos sobre inclusão, o que revela certo desinteresse por parte dessas profissionais, que estão todos os dias em um contexto escolar que abriga crianças com necessidades específicas e que conseqüentemente afetam o modo de desenvolver as atividades pedagógicas em sala de aula.

O estudo revelou ainda que a educação inclusiva é vista pelas participantes sob diferentes óticas, ao mesmo tempo próximas, quando concebem a inclusão como integração. Outro aspecto observado, diz respeito às dificuldades ainda encontradas pelas professoras e cuidadoras, para se efetivar a prática inclusiva, que vão desde a falta de formação à ausência de recursos adequados para trabalhar com os alunos com necessidades especiais.

Os resultados mostraram também que as professoras e cuidadoras reconhecem que não estão preparadas para efetivar uma prática inclusiva, isso porque não possuem formação específica, nem conseguem atrelar teoria à prática, além de disporem de poucos recursos. Com isso, as participantes apontaram possíveis soluções para o problema da educação inclusiva, entre todas as sugestões citadas, a mais recorrente se refere ao investimento em formação para professores e a disponibilização de recursos materiais, para que as escolas possam oferecer um espaço mais digno a essas profissionais e aos alunos com deficiência.

Diante disso, podemos afirmar que muito ainda precisa ser feito para que o cenário da inclusão escolar se transforme. Os dados obtidos revelam que o processo inclusivo parece ocorrer só nas leis, porque na prática essa realidade ainda é pouco encontrada. Assim, é necessária uma reafirmação das políticas públicas sobre a formação do professor e o processo de inclusão escolar, a fim de contribuir com a efetivação da prática inclusiva.

Além disso, é preciso que a sociedade seja sensível a essa ausência de inclusão e lute pelos direitos da criança com deficiência, em prol de uma vida digna para esses sujeitos, com acesso e condições de permanência na educação. Essa é uma tarefa não apenas do poder público, mas de pais, professores, comunidade escolar e demais setores da sociedade, uma vez que a inclusão deve acontecer em todos os âmbitos. Na escola, isso ainda é mais urgente, por essa razão precisamos de uma prática profissional direcionada às necessidades de cada educando.

Referências

AZANHA, José Mario Pires. **A formação do professor e outros escritos**. São Paulo: SENAC. 2006.

FREITAS, Alexandre Simão. Os desafios da formação de professores no século XXI: competências e solidariedade. *In*: FERREIRA, Andrea Tereza Brito. ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia. LEAL, Telma Ferraz. **Formação continuada de professores**. 1 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11-33.

BRASIL (1994). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. (1996). Ministério da Educação e do Desporto Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF.

GOTTI, M. O. (1998). **Integração e inclusão**: nova perspectiva sobre a prática da educação especial. Em M. Marquenzine (Org.), *Perspectivas multidisciplinares em educação especial* (pp.365-372). Londrina: Ed. UEL.

.MEDRADO, B.P. **Formando professores para incluir**: Contribuições da Linguística Aplicada. In: *A Linguística Aplicada no Brasil: Rumos e Passagens*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p. 263-284.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. In: *Teoria e Prática Científica*. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.